



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS**



PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO

EDITAL 022/2010 - PROJETO BRA/06/032

CÓDIGO: ECONÔMICO FINANCERIA

O Projeto BRA/06/032 comunica que estará procedendo a contratação de consultoria individual, pessoa física, na modalidade produto, para prestar apoio técnico para subsidiar a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República para elaborar uma modelagem econômico-financeira das concessões e implantação de estruturas de transposição de nível em rios e implantação de hidrovias face à existência de aproveitamentos hidrelétricos já construídos ou planejados nesses rios, tomando-se como base um estudo de caso dos rios Tapajós e Teles Pires.

Os interessados deverão enviar curriculum detalhado, no formato Word, para o e-mail: sae.selecao@planalto.gov.br, até o dia 06/05/2010, às 17h, com o código **ECONÔMICO FINANCERIA** no título da mensagem. A não-inclusão deste código eliminará automaticamente o candidato da seleção. Esta seleção será efetuada mediante processo seletivo simplificado, com base no decreto nº 5.151/2004 e terá validade de um ano.

O processo seletivo se dará em Brasília e os custos de transporte, hospedagem e alimentação, se necessário, são de responsabilidade do candidato. Os gastos com transferência de domicílio, se necessários, são de responsabilidade do selecionado.

É vetado a contratação de pessoas com contrato vigente com Organismo Internacional, ou sem o cumprimento dos interstícios exigidos para nova contratação, conforme Art. 21, § 5º, da Portaria MRE nº 717, de 09/12/2006.

A qualquer tempo, os presentes editais poderão ser alterados, revogados ou anulados, no todo ou em parte, seja por decisão unilateral da Direção Nacional do Projeto, seja por interesse público ou de exigência legal, sem que isso implique em direitos a indenização e/ou reclamação de qualquer natureza.

A execução dos trabalhos previstos não implica em qualquer relação de emprego ou vínculo trabalhista, sendo, portanto, regido sem subordinação jurídica conforme prevê o § 9º do Artigo 4º do decreto nº 5.151/2004.

OBS: Nos termos do Artigo 7º, do Decreto nº 5.151/2004 “É vetada a contratação, a qualquer título, de servidores ativos da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta, bem como empregados de suas subsidiárias ou controladas, no âmbito dos Projetos de cooperação técnica internacional.”

TERMO DE REFERÊNCIA

MODELAGEM ECONÔMICO-FINANCEIRA PARA OS USOS MÚLTIPLOS DA ÁGUA

1. Função no Projeto

Técnico especialista

2. Nosso Número

3. Antecedentes

O projeto "BRASIL 3 TEMPOS" BRA/06/032, executado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR), tem como objetivo desenvolver estratégias e ações nacionais, que permitam ao governo brasileiro articular-se com os diferentes setores da sociedade civil com vistas à implementação de políticas públicas de longo prazo que promovam o crescimento econômico do país acompanhado de inclusão social. Estas ações serão desenvolvidas por meio de estudos, produtos e eventos sobre temas de grande importância para o planejamento estratégico do país.

A promoção do uso múltiplo das águas das bacias hidrográficas apresenta-se como tema estratégico para o desenvolvimento nacional. Emerge como fator determinante das condições socioeconômicas brasileiras, em que a compatibilização desses usos pode mitigar os diferentes conflitos a eles associados. Para que se compreenda a importância da bacia hidrográfica no planejamento de longo prazo, é preciso observar que a mesma é considerada a unidade territorial para implantação da Política Nacional de Recursos Hídricos, instituída pela Lei nº 9.433/97. Além disso, esta mesma legislação prevê que a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas. Com base nesses dois fatores, a SAE identificou a necessidade de formularem-se subsídios que permitam a elaboração de uma modelagem dos usos múltiplos das águas de bacias hidrográficas, que trate os aspectos institucionais, financeiros e econômicos relacionados, direta ou indiretamente, aos principais setores usuários de recursos hídricos.

Em virtude dos projetos de infraestrutura previstos para a Bacia do Tapajós e de seus impactos futuros na região, os rios Tapajós e Teles Pires merecem especial atenção. Esta bacia é entendida, nesse contexto, como uma bacia-chave para o entendimento do desenvolvimento integrado e sustentável de outras bacias hidrográficas na Amazônia, que deve ser objeto de um planejamento integrado de seu desenvolvimento, com participação preponderante dos setores de energia, transportes, agricultura e meio ambiente.

Os rios Tapajós e Teles Pires encontram-se em uma região estratégica para o desenvolvimento nacional. Além do grande potencial hidrelétrico, há possibilidade de instalação de uma hidrovia que permitirá melhoria na logística e a integração com as demais regiões brasileiras. No entanto, estes investimentos podem causar grandes impactos ambientais, caso não considerem as realidades das áreas de proteção presentes no trajeto dos rios. Em uma análise superficial da área abrangida por estes rios, já é possível verificar, preliminarmente, a existência de três setores diretamente impactados pelas decisões a serem tomadas pelo poder público e privado quanto aos futuros empreendimentos nessa Bacia e seus desafios: Transportes, Energia e Meio Ambiente. A esses se somam ainda, na condição de interessados ou de beneficiários, os moradores locais e os setores agrícola e industrial, dentre outros. É importante ressaltar que, caso os futuros projetos de infraestrutura nos rios Tapajós e Teles Pires contemplem o uso múltiplo das águas e sejam fundamentados em um modelo institucional adequado, será possível racionalizar o uso desse recurso para que todos os setores usuários se desenvolvam com sustentabilidade.

Com base no exposto acima, a SAE realizará um estudo de caso dos rios Tapajós e Teles Pires, a partir do qual se elabore um novo modelo econômico-financeiro para concessões e implantação de

estruturas de transposição de nível em rios e implantação de hidrovias face à existência de aproveitamentos hidrelétricos já construídos ou planejados nesses rios.

Paralelamente à modelagem econômico-financeira, que deverá indicar soluções para as diversas questões abertas que dificultam a tomada de decisões e/ou a implementação de ações destinadas a tornar realidade o aproveitamento integrado: navegação - geração de energia em um rio, assim como dos demais usos dos recursos hídricos, deverá ser realizada uma modelagem jurídico-institucional, centrada nos aspectos jurídicos que conformam a construção de aproveitamentos hidrelétricos e as condições de construção de dispositivos de transposição de nível e demais elementos estruturais que integram hidrovias. Ressalta-se que a modelagem jurídico-institucional será desenvolvida concomitantemente pela SAE.

O estudo proposto está previsto no Plano de Trabalho do Acordo de Cooperação Técnica que entre si celebraram a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República e a Agência Nacional de Águas.

4. Número do resultado no PRODOC

A contratação desse estudo será realizada com base no produto 1.13 do PRODOC, que prevê a elaboração de estratégia de longo prazo de desenvolvimento da infraestrutura necessária à promoção do crescimento econômico inclusivo.

5. Objetivos da consultoria

Geral:

O projeto visa à contratação de um consultor especializado (pessoa física) para elaborar uma modelagem econômico-financeira para implantação de estruturas de transposição de nível em rios e implantação de hidrovias face à existência de aproveitamentos hidrelétricos já construídos ou planejados nesses rios, tomando-se como base um estudo de caso dos rios Tapajós e Teles Pires.

Específicos:

Dentre os elementos centrais que devem pautar as propostas a serem desenvolvidas no âmbito desta consultoria, destacam-se:

- Fornecer elementos que auxiliem na tomada de decisões quanto ao modelo econômico-financeiro a ser implementado, bem como na interação institucional pública e privada, de modo a contribuir para o desenvolvimento da governança do país;
- Subsidiar a Secretaria de Assuntos Estratégicos - SAE na concepção e elaboração de documentos que possam ser utilizados para aprimoramento do modelo econômico-financeiro; e
- Identificar os diferentes aspectos econômicos, financeiros e administrativos, relacionados com a implantação de estruturas de transposição de nível e implantação de hidrovias em rios face à existência de aproveitamentos hidrelétricos já construídos ou planejados nesses rios, que devem ser estruturados bem como aqueles relacionados às competências e responsabilidades dos atores envolvidos com o tema e indicar:
 - a) Medidas a serem adotadas para viabilizar as intervenções necessárias, do ponto de vista econômico-financeiro, e sua estruturação em um modelo devidamente articulado com o modelo institucional (a ser desenvolvido concomitantemente a este pela SAE); e
 - b) Os meios necessários de articulação federativa e entre instituições de governo e iniciativa privada, de forma a compatibilizar os diferentes usos de água e mitigar possíveis conflitos, além de orientar a articulação das políticas públicas que influenciam direta ou indiretamente o setor.

- Estabelecer um sequenciamento das ações a serem empreendidas no sentido de alcançar a implantação do modelo econômico-financeiro concebido no estudo.

6. Descrição das atividades

6.1. Elaboração de Plano de Trabalho.

6.1.1. Documento de descrição dos produtos previstos que contenha o detalhamento das atividades com informações técnicas necessárias à sua execução, que será validado por meio de *workshop*¹.

6.2. Contextualização e análise do modelo econômico-financeiro vigente nos usos múltiplos da água e a legislação atual.

6.2.1. Coleta de dados

6.2.2. Análise do quadro vigente no Brasil, no que concerne ao modelo econômico-financeiro atualmente utilizado para dar sustentação à implantação de estruturas de transposição de nível em barramentos já construídos ou planejados e comparação com *benchmarks* de outros países, contemplando:

- ✓ Funcionamento, desempenho e importância do modelo vigente;
- ✓ Situações críticas identificadas em diferentes etapas de desenvolvimento desses empreendimentos;
- ✓ Atores envolvidos, competências, responsabilidades, interfaces, dificuldades, restrições e impedimentos; e
- ✓ Situações - problemas a resolver.

6.2.3. Análise dos instrumentos que integram o modelo vigente, problemas e **pontos críticos**, com ênfase nos desafios e oportunidades existentes e na forma como estes interagem (compatibilizações, conflitos, instrumentos de integração, entre outros).

6.2.4. Análise da legislação brasileira atual referente aos aspectos econômico-financeiro com repercussão sobre o modelo vigente.

6.2.5. Análise da documentação existente sobre a Bacia do Tapajós e, em particular, sobre aproveitamentos hidrelétricos e a navegação nos rios Tapajós e Teles Pires e seu financiamento.

6.2.6. Avaliação dos processos de planejamento e desenvolvimento de bacias hidrográficas adotados pelo setor elétrico e pelo setor de navegação aquaviária no que respeita ao planejamento financeiro, financiamento dos projetos e recuperação dos custos nas diferentes etapas.

6.2.7 Identificação e análise do acervo identificado e localizado nas instituições públicas e privadas, que se dedicam ou dedicaram a esse tema nos últimos cinquenta anos, sejam elas de pesquisa, ensino, fomento ou de implementação de políticas, entre outras.

6.2.8 Realização de entrevistas com pessoas identificadas como detentoras de conhecimento da história da evolução dos setores de navegação aquaviária e de geração hidrelétrica, no que se refere aos modelos econômico-financeiros adotados para seus empreendimentos, incluindo ex-dirigentes de organismos governamentais direta ou indiretamente envolvidos na questão.

6.3. Diagnóstico das diferentes situações identificadas: o que precisa mudar.

¹ Workshops fechados, com a participação de técnicos da SAE e da ANA. Eventualmente, poderão ser convidados técnicos de outros órgãos do governo federal e da iniciativa privada com interesses correlatos ao tema.

- ✓ Mudanças que devem ser introduzidas no modelo econômico-financeiro atualmente adotado no Brasil;
- ✓ Instrumentos e formas de como devem ser realizadas as mudanças propostas; e
- ✓ Atores que devem conduzir a mudança, bem como de atores a serem envolvidos direta ou indiretamente.

6.4. Detalhamento das minutas que instituirão as mudanças, desenho do novo modelo econômico-financeiro, verificação de sua compatibilidade e consistência com a modelagem institucional proposta (a ser desenvolvido concomitantemente a este pela SAE) e roteiro para sua implementação.

6.4.1 Descrição do novo modelo;

6.4.2 Detalhamento das mudanças e elaboração das minutas dos instrumentos legais associados;

6.4.3 Roteiro para implementação do novo modelo com indicação do sequenciamento das ações, fluxogramas e cronogramas físicos, atores responsáveis pelas mudanças e respectivos papéis; e

6.4.4 Formulação de sugestões para aprimoramento dos modelos econômico-financeiros praticados com relação a empreendimentos dos setores de navegação e geração hidrelétrica, de forma a atender às novas situações identificadas e às necessidades do desenvolvimento nacional. Essas sugestões e análises devem indicar as principais ações estratégicas que devem ser implementadas, bem como as mudanças em nível operacional que devem ser progressivamente instaladas. As sugestões de aprimoramento deverão contemplar, minimamente: as mudanças a serem e realizadas e como implementá-las; minutas de normas para implementação dos modelos propostos; e roteiro para implementação.

6.5. Realização de *Workshops*

Todos os produtos serão validados por meio de workshops. Esses encontros serão fechados, com a participação de técnicos da SAE, da ANA e do Ministério dos Transportes, e, eventualmente, poderão ser convidados técnicos de outros órgãos do governo federal e da iniciativa privada com interesses correlatos ao tema.

7. Produtos Esperados

Produto 1: Plano de Trabalho

A elaboração do Plano de Trabalho deverá conter o detalhamento das atividades a serem desenvolvidas e a proposta metodológica a ser adotada, com base na descrição dos produtos a serem entregues pelo consultor contratado previstos no presente edital. O Plano deverá, ainda, conter um cronograma para o seu desenvolvimento. O documento deverá contemplar, de forma clara e completa, as informações técnicas necessárias para execução do estudo em questão. Este Plano de Trabalho será validado por meio de um *workshop*.

Produto 2: Contextualização e diagnóstico do modelo econômico-financeiro vigente e, em particular, de suas implicações no caso da Bacia Hidrográfica do Tapajós, nos rios Tapajós e Teles Pires.

O consultor deverá realizar uma coleta de dados, em que se identifiquem as fontes por ele pesquisadas.

O relatório deverá conter uma análise da realidade brasileira, no que concerne ao modelo econômico-financeiro atualmente utilizado para dar sustentação à implantação de estruturas de transposição de nível em barramentos já construídos ou planejados e comparação com *benchmarks* de outros países. Essa análise deverá contemplar, no mínimo: Funcionamento,

desempenho e importância do modelo vigente; Situações críticas identificadas em diferentes etapas de desenvolvimento desses empreendimentos; Atores envolvidos, competências, responsabilidades, interfaces, dificuldades, restrições e impedimentos; e Situações - problemas a resolver.

Com relação ao quadro existente, deverão se especificados:

- a) o que está estabelecido hoje regulando o financiamento e o aporte de recursos para:
 - construção de barragens (para usinas hidrelétricas, pequenas centrais hidrelétricas, outras);
 - estruturas de transposição de nível em barramentos;
 - outras intervenções estruturais.
- b) o que isto representa de obstáculo para a construção dessas estruturas em cada situação reconhecida²

O relatório deverá apresentar uma análise dos instrumentos que integram o modelo vigente, problemas e pontos críticos, com ênfase nos desafios e oportunidades existentes e na forma como estes interagem (compatibilizações, conflitos, instrumentos de integração, entre outros). Deverá, ainda, apresentar uma análise da legislação brasileira atual referente aos aspectos econômico-financeiro com repercussão sobre o modelo vigente.

O consultor deverá pesquisar e analisar a documentação existente sobre a Bacia do Tapajós e, em particular, sobre aproveitamentos hidrelétricos e a navegação nos rios Tapajós e Teles Pires e seu financiamento.

Por fim, o relatório deverá conter uma avaliação dos processos de planejamento e desenvolvimento de bacias hidrográficas adotados pelo setor elétrico e pelo setor de navegação aquaviária no que respeita ao planejamento financeiro, financiamento dos projetos e recuperação dos custos nas diferentes etapas.

Este relatório será validado por meio de um *workshop*.

Produto 3: Elaboração de propostas para um novo modelo econômico-financeiro para o desenvolvimento integrado de aproveitamentos hidrelétricos, a implantação de estruturas de transposição de nível e demais intervenções estruturais associadas a hidrovias.

Com base no produto 2, o consultor deverá elaborar, de forma detalhada, um conjunto de recomendações para a constituição de um novo modelo econômico-financeiro para o desenvolvimento integrado de aproveitamentos hidrelétricos, a implantação de estruturas de transposição de nível e demais intervenções estruturais associadas a hidrovias, inclusive as minutas dos instrumentos legais que instituirão o novo modelo e o roteiro para implementação das medidas recomendadas.

O relatório deverá especificar o que precisa ser modificado e que rebatimentos têm sobre, principalmente:

- a) fontes de recursos;
- b) repasses de recursos de um setor para outro (encarregado pela construção);
- c) tributações;
- d) modelos de concessão e licitação;
- e) obrigações dos atores envolvidos;
- f) custos de investimento, operação e manutenção;
- g) seguros e garantias;
- h) ressarcimento de investimentos feitos por um setor para atender demandas de outro;

² Barragens pré-existent; construção simultânea de barragem e eclusa; barragens e/ou eclusas planejadas

- i) demandas, geração de receitas e recuperação de custos;
- j) pagamento por serviços prestados de um setor para o outro;
- k) alavancagens e condições de financiamento para as estruturas e equipamentos;
- l) depreciação e vida útil das estruturas e equipamentos;
- m) critérios de avaliação financeira das estruturas;
- n) estabelecimento de Taxas Internas de Retorno dos sistemas de geração hidrelétrica e de navegação;
- o) parcerias público-privadas (PPP's)

Este relatório será validade por meio de um *workshop*.

7.1 Roteiro

Todos os produtos, ao serem entregues, deverão estar acompanhados de um roteiro detalhado em que se identifiquem as etapas percorridas em cada um dos levantamentos executados, ou seja, deverão conter informações sobre instituições e pesquisadores contatados com data, local e atividade cumpridas, bem como dados de contato (nome completo, endereço, telefone, e-mail, CPF e RG).

7.2 Formato dos Produtos

O material deverá ser disponibilizado para a Secretaria de Assuntos Estratégicos – SAE em duas vias impressas e em meio digital nos formatos: **.xls .doc .pdf .jpg** e apresentar conteúdo e linguagem compatíveis com sua destinação, em língua portuguesa, devidamente digitado e formatado, contendo a relação de obras consultadas de acordo com as recomendações normativas da ABNT.

Quadros e tabelas deverão conter a fonte dos dados apresentados.

Em todas as páginas deverá constar a rubrica do responsável pelo produto.

A formatação deverá seguir as seguintes recomendações: fonte Times New Roman, tamanho 12, espaçamento entre linhas 1½, margens superior e esquerda de 2½ cm e margens direita e inferior de 2 cm.

8. Qualificações

O consultor deverá apresentar as seguintes qualificações (classificatórias e pontuáveis):

- nível superior completo em economia;
- mínimo de 5 anos de experiência na área de montagem de modelos de financiamento de empreendimentos, finanças públicas e "project financing".

Serão considerados como diferencias na seleção dos candidatos (pontuáveis):

- comprovada experiência na elaboração de avaliações econômicas para empreendimentos públicos ou privados;
- estudos e trabalhos em consultoria realizados para o governo e/ou para iniciativa privada na área de financiamento de projetos na área de recursos hídricos ou em tema correlato;
- estudos e artigos publicados em periódicos especializados, na modelagem financeira na área de recursos hídricos ou em tema correlato;
- pós-graduação em economia ou em áreas correlatas ao tema.

9. Insumos

As diárias e passagens aéreas para execução das atividades serão custeadas pelo Projeto, desde que previamente aprovadas pelo Diretor Nacional do Projeto.

10. Supervisor

A supervisão do contratado será feita pelo Diretor de Programas do Gabinete do Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República.

11. Local de trabalho

O consultor poderá ter sede em qualquer Estado da Federação, desde que o mesmo possa se deslocar a Brasília quando for solicitado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos, para reuniões de monitoramento do estudo.

12. Data de Início

Previsão para 01/06/2010

13. Data de Término

Previsão para 30/09/2010

14. Produtos Honorários

Os pagamentos serão feitos mediante a entrega e aprovação dos produtos atestados pela direção do Projeto. Os pagamentos recebidos pelos consultores são passíveis de tributação, de acordo com a legislação brasileira vigente. É responsabilidade dos contratados fazerem os devidos recolhimentos.

À SAE, reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato do atesto, os serviços prestados estiverem em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas.

Este contrato terá vigência prevista de 120 dias com possibilidade de prorrogação, sem ônus para o governo, desde que mediante justificativa consubstanciada em relatório, devidamente aprovado pelo Diretor do Projeto.

O contrato decorrente deste Termo de Referência terá duração de 120 dias, distribuídos da seguinte forma:

Produtos Esperados	Cronograma de entrega dos produtos (a partir do início do contrato)	Remuneração
14.1. Produto 1: Plano de Trabalho	20 dias	10%
14.2. Produto 2: Contextualização e diagnóstico do modelo econômico-financeiro vigente e, em particular, de suas implicações no caso da Bacia Hidrográfica do Tapajós, nos rios Tapajós e Teles Pires.	60 dias	35%

14.3. Produto 3: Elaboração de propostas para um novo modelo econômico-financeiro para o desenvolvimento integrado de aproveitamentos hidrelétricos, a implantação de estruturas de transposição de nível e demais intervenções estruturais associadas a hidrovias	120 dias	55%
Total	120 dias	100%

O Contratado só poderá iniciar a elaboração dos produtos previstos nos itens 14.2 após a validação do item 14.1 pela Comissão de Acompanhamento. O início da elaboração do item 14.3 só poderá ocorrer após a validação do item 14.2 pela mesma Comissão.

A Secretaria de Assuntos Estratégicos – SAE será responsável pela formação da referida Comissão de Acompanhamento, composta por representantes da SAE/PR, por representantes da Agência Nacional de Água para coordenação e acompanhamento de todas as etapas previstas no estudo. Representantes de outros órgãos da iniciativa pública ou privada poderão ser convidados a integrar esta Comissão a critério da SAE.

A Comissão será responsável pela definição de critérios para análise e aceitação dos produtos previstos e deverá acompanhar e fiscalizar os serviços contratados. Deverá, também, aferir os produtos por meio de workshops a serem realizados pela SAE, com apoio da ANA e do Ministério da Integração Nacional.

15. Valor total dos serviços

R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais)

16. Número de parcelas

Três parcelas

17. Linha Orçamentária

017.01